

Figueiredo define as medidas hoje

O ministro Delfim Neto apresenta hoje às 9 horas ao presidente o elenco de medidas que integrarão o novo pacote econômico. Nem todas serão aprovadas por Figueiredo.

A palavra final caberá ao presidente Figueiredo, após os estudos finais do ministro do Planejamento, Delfim Neto. Mas fonte do Ministério da Fazenda disse, ontem, que a busca do acerto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode exigir corte de Cr\$ 2 a 2,5 trilhões no orçamento das estatais para este ano. Segundo a fonte, o ministro da Fazenda, Ernane Galvéas, deve anunciar oficialmente hoje ou amanhã os números do déficit público do primeiro trimestre, apresentados ao FMI. Apesar do impasse com o Fundo, a chegada da missão do FMI, esta semana, não preocupa o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano: "Com o FMI, só existe uma questão de ajuste".

Enquanto o técnico da Fazenda manifestava confiança na renegociação das metas do déficit público — previsto inicialmente em Cr\$ 8,8 trilhões para o final do ano — o diretor do Banco Central dizia que a decisão do FMI de adiar a liberação da segunda parcela de US\$ 411 milhões do financiamento ampliado e exigir mudanças mais radicais na economia brasileira não prejudica as negociações do País com os banqueiros internacionais:

— Isso não muda as condições básicas do Brasil, em termos de seu potencial econômico. Não muda a capacidade creditícia. É um acidente de percurso, que não muda o comportamento da comunidade financeira — afirmou Serrano.

O porta-voz do Ministério do Planejamento, Gustavo Silveira, afirmou que, em audiência marcada para às 9 horas de hoje, Delfim deve apresentar ao presidente João Figueiredo as conclusões sobre o elenco de medidas para o ajuste da economia brasileira, ao figurino do FMI. Com o anúncio das novas medidas, o porta-voz da Seplan previu que não haverá nenhum impasse nas conversações do governo brasileiro com a missão do FMI, chefiada por Horst Struckmeyer.

Sem surpresa

Os números oficiais do déficit público do primeiro trimestre não provocarão surpresas. A fonte do Ministério da Fazenda revelou que o déficit oficial do trimestre ficará mesmo em torno de Cr\$ 500 bilhões, conforme já divulgou Galvéas. Mas a própria fonte admitiu que o déficit público, calculado pelo critério original e rígido das necessidades de financiamento, até superou a casa dos Cr\$ 700 bilhões.

A definição do corte efetivo no orçamento das estatais ficará por conta de Figueiredo e, a partir de Cr\$ 1,5 trilhão, poderá chegar a Cr\$ 2,5 trilhões, após a reavaliação dos projetos com real prioridade para este ano. A dimensão exata dos cortes orçamentários depende de uma posição política do presidente Figueiredo, o que influenciará, por sua vez, as negociações com o FMI.

O técnico do Ministério da Fazenda observou que, sobre o conteúdo do pacote, a ser anunciado até quarta-feira, somente o Ministério do Planejamento pode falar. Lembrou que a concentração do poder de decisão nas mãos de Delfim explica as divergências entre o ministro e o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni. Na opinião da fonte, Langoni ainda enfrentará repercussão negativa, a curto prazo, mas depois sairá fortalecido por expor claramente a sua posição em torno das medidas necessárias para a correção de rumo na economia brasileira.

O que Delfim ditará

Por exemplo, a fonte da Fazenda explicou que, além dos cortes nos gastos das estatais, somente Delfim pode dizer qual será a redução exata nos subsídios diretos do petróleo e do trigo, e indiretos à agropecuária, às exportações e às pequenas e médias empresas; o empréstimo compulsório de emergência via Imposto de Renda; ou a tributação efetiva das operações no open. Certo mesmo é o fim do controle quantitativo dos empréstimos bancários, com exceção das aplicações dos bancos estaduais e do Banco do Brasil.

Para evitar que a liberação do crédito prejudique o giro da dívida pública interna, o pacote pode incluir alguma medida com essa preocupação específica. Mas a fonte observou que os bancos sempre precisarão aplicar em títulos da dívida pública interna e até argumentou que a liberação deveria beneficiar também o Banco do Brasil, como forma de reaquecer a economia e ainda equilibrar os juros do mercado, diante de seu peso na oferta de crédito.

Por envolver também complexas questões políticas, caberá ainda ao presidente Figueiredo definir as novas taxas do crédito subsidiado. O presidente do Banco Central já deixou claro que os encargos do crédito subsidiado devem pelo menos corresponder a 85% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no Centro/Sul, e a 70%, no Norte/Nordeste, mas espera a decisão superior.